



28932

Rio's Capitalização S.A. - RIOSCAP

CNPJ: 03.558.096/0001-04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO

31/12/2023



Rio's Capitalização S.A. – RIOSCAP

CONTEÚDO:

- 1) RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
- 2) BALANÇOS PATRIMONIAIS;
- 3) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS;
- 4) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES;
- 5) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS;
- 6) DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA;
- 7) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS;
- 8) COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E IDENTIFICAÇÃO DO ATUÁRIO E DO CONTADOR;
- 9) PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 10) RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS; e
- 11) COMPROVANTE DE ENVIO NA CENTRAL DE BALANÇOS SPED

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações financeiras da Rio's Capitalização S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, emitida em 12/11/2021, e alterações posteriores.

1. Principais informações financeiras

R\$ milhões	2023	2022	Δ
Outras receitas e despesas operacionais	0,4	0,7	-38,7%
Despesas administrativas e tributos	-4,6	-6,2	25,7%
Resultado financeiro	2,2	4,9	-56,4%
Resultado antes dos impostos e participações	-2,0	-0,4	-395,4%
Prejuízo do exercício	-2,1	-1,8	-17,9%

3. Comentário sobre o desempenho

A Companhia alienou quase a totalidade da sua carteira de capitalização em 03/02/2020, não possuindo mais operações ativas e representatividade de resultados. Em 2023, considerando os impactos da alienação mencionada, a Companhia registrou prejuízo de R\$2,1 milhões, frente ao prejuízo de R\$1,8 milhão no exercício anterior.

4. Reorganizações societárias

A Companhia não passou por reorganizações societárias no exercício de 2023.

5. Investimentos

Em 31/12/2023, a Companhia não possuía investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas.

5. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento"

A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

6. Acordo de acionistas

A Rio's Capitalização S.A. não é parte de acordo de acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

A ADMINISTRAÇÃO.

Rio's Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Ativo circulante	-	33.437	42.238
Disponível	-	122	41
Caixa e bancos	-	122	41
Aplicações	5	32.351	41.083
Títulos e créditos a receber	-	948	1.097
Títulos e créditos a receber	6	435	479
Créditos tributários e previdenciários	7	331	450
Outros créditos	-	182	168
Outros valores e bens	-	15	15
Bens a venda	-	15	15
Despesas antecipadas	-	1	2
Ativo não circulante	-	73.491	71.899
Realizável a longo prazo	-	73.116	71.525
Títulos e créditos a receber	-	73.116	71.514
Créditos tributários e previdenciários	7	30.720	29.529
Depósitos judiciais e fiscais	11.1	41.646	41.292
Outros créditos operacionais	-	750	693
Outros valores e bens	-	-	11
Ativos de direito de uso	-	-	11
Investimentos	-	375	374
Imóveis destinados a renda	-	75	75
Outros investimentos	-	300	299
Total do ativo		106.928	114.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio's Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022 (Reclassificado)
Passivo			
Passivo circulante	-	21.394	21.780
Contas a pagar	-	20.088	20.223
Obrigações a pagar	8.1	15.848	16.159
Impostos e encargos sociais a recolher	-	71	69
Encargos trabalhistas	-	45	30
Outras contas a pagar	8.2	4.124	3.965
Depósitos de terceiros	9	498	993
Outros débitos	-	808	564
Provisões judiciais	11.2	808	552
Débitos diversos	-	-	12
Passivo não circulante	-	54.670	60.817
Contas a pagar	-	22.694	25.250
Obrigações a pagar	8.1	4.232	6.829
Outras contas a pagar	8.2	18.462	18.421
Outros débitos	-	31.976	35.567
Provisões judiciais	11.2	31.976	35.567
Patrimônio líquido	-	30.864	31.540
Capital social	12.1	77.695	77.695
Reservas de capital	-	9	9
Reservas de reavaliação	-	3.683	3.683
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(4.402)	(5.796)
Prejuízos acumulados	-	(46.121)	(44.051)
Total do passivo		106.928	114.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio's Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2023	2022
Outras receitas e despesas operacionais	13.1	441	719
Outras receitas operacionais	-	-	38
Outras despesas operacionais	-	441	681
Despesas administrativas	-	(4.296)	(5.888)
Pessoal próprio	13.2	(1.005)	(1.193)
Serviços de terceiros	-	(3.082)	(3.947)
Localização e funcionamento	-	(203)	(302)
Publicações	-	(24)	(18)
Donativos e contribuições	-	(60)	(27)
Despesas administrativas diversas	-	78	(401)
Despesas com tributos	13.3	(335)	(342)
Resultado financeiro	13.4	2.153	4.935
Receitas financeiras	-	10.202	10.966
Despesas financeiras	-	(8.049)	(6.031)
Resultado operacional	-	(2.037)	(576)
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	1	165
Resultado antes dos impostos e participações	-	(2.036)	(411)
Imposto de renda	13.5	-	(1.457)
Contribuição social	13.5	-	113
Participações sobre o lucro	-	(34)	-
Prejuízo do exercício		(2.070)	(1.755)
Quantidade de ações		100	100
Prejuízo do exercício por ação em R\$		(20,70)	(17,55)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio's Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Prejuízo do exercício		(2.070)	(1.755)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido	14	631	2.319
Efeitos fiscais	14	(253)	(928)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:			
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	14	1.693	(1.797)
Efeitos fiscais	14	(677)	719
Componentes do resultado abrangente		1.394	313
Resultado abrangente do exercício		(676)	(1.442)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio's Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Redução de capital em aprovação	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022	78.589	-	9	3.683	(6.109)	(42.296)	33.876
Redução de capital em decorrência da cisão parcial da Companhia, conforme AGE do dia 31/03/2022	-	(894)	-	-	-	-	(894)
Aprovação de redução de capital em decorrência da cisão parcial da Companhia, conforme Portaria Susep nº 7.994, aprovada no dia 17.08.2022	(894)	894	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.755)	(1.755)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	313	-	313
Saldos em 31/12/2022	77.695	-	9	3.683	(5.796)	(44.051)	31.540
Saldos em 01/01/2023	77.695	-	9	3.683	(5.796)	(44.051)	31.540
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(2.070)	(2.070)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1.394	-	1.394
Saldos em 31/12/2023	77.695	-	9	3.683	(4.402)	(46.121)	30.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio's Capitalização S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

Descrição	2023	2022 (Reclassificado)
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.070)	(1.755)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	11	17
Outros ajustes	(59)	(2.027)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	10.424	4.402
Créditos fiscais e previdenciários	943	129
Depósitos judiciais e fiscais	2.321	433
Despesas antecipadas	1	12
Outros ativos	(27)	(7)
Outras contas a pagar	(2.957)	3.241
Depósitos de terceiros	(495)	519
Provisões técnicas - capitalização	-	(37)
Provisões judiciais	(6.854)	(1.301)
Outros passivos	(12)	(135)
Caixa gerado pelas operações	1.226	3.491
Juros pagos	-	(5)
Impostos sobre o lucro pagos	(186)	(21)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.040	3.465
Atividades de financiamento		
Outros	(959)	(3.517)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(959)	(3.517)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	81	(52)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	41	93
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	122	41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio's Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **Rio's Capitalização S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua do Passeio, nº 42, 6º pavimento, Centro, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com produtos de capitalização, e tem como controladora direta a Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("SANTA CRUZ"), que possui 100% de participação.

A Sul América Santa Cruz Participações S.A. ("SANTA CRUZ") tem como controladora indireta final a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or"), com 100% de participação.

A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgará, em 26/03/2024, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade com o art. 110, § 1º da Circular SUSEP nº 648, de 12/11/2021, que permite as supervisionadas que se enquadrem como companhia fechada com receita bruta anual de até R\$78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Este artigo da Circular SUSEP nº 648 está aderente ao artigo nº 294 da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº182/2021.

A Companhia alienou quase a totalidade da sua carteira de capitalização, não possuindo mais operações ativas, sendo assim, não há representatividade dos negócios.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648 e alterações posteriores, emitida em 12/11/2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis

3.1.1. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses a contar da data-base das demonstrações financeiras são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descritos a seguir:

3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado

Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

3.2.2. Disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “recebíveis” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, o valor recuperável apresenta redução, as quais são apropriadas ao resultado, em contrapartida com a conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, mensurados, inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado.

3.4. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31/12/2023 e 2022, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

Com exceção dos créditos tributários sobre as parcelas registradas no patrimônio líquido a título de benefício definido, não existem créditos tributários de diferenças temporárias constituídos na Companhia, visto que não há projeção orçamentária de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, que garantam a manutenção e a constituição de novos créditos tributários.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.6. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de obrigações presentes oriundas de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia.

3.6.1. Cíveis e trabalhistas

No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro.

Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos.

Todos os processos trabalhistas são classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos cíveis são atualizados mensalmente pelo IPCA, com incidência de juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022). Já os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo STF. Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela SELIC, ou pelos índices IPCA-E, INPC ou TR, com incidência de juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC.

As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Provisões judiciais".

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.6.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Contas a pagar - Obrigações a Pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos, estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente.

3.7. Benefício pós-emprego

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

3.8. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.9. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais, à constituição de créditos tributários e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Créditos tributários e previdenciários (nota 7.1); e
- Ações fiscais (nota 11.2).

3.10. Ativos e passivos sem vencimento

A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia.

3.11. Normas emitidas e revisadas

3.11.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.

- Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (alterações ao IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e
- Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (alterações ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2023.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2023 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

Espera-se que as seguintes normas não tenham impactos nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial:

- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com a sua aprovação pendente por parte da SUSEP. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia; e
- Alterações ao IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante – Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP.

3.11.2. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

A Circular SUSEP nº 678/2022, que altera a Circular SUSEP nº 648/2021, foi emitida pela SUSEP em 10/10/2022, com início de vigência em 01/01/2024, recepciona o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e traz mudanças importantes no Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test – LAT), trazendo impactos na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), em virtude das mudanças.

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, substituiu as orientações existentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e passou a vigorar para os períodos de divulgação anual iniciados em (ou após) 01/01/2018, sendo recepcionado pelo órgão regulador através da Circular SUSEP nº 678/2022, apenas a partir de 01/01/2024.

De acordo com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38, para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros com fluxos de caixa contratual formados exclusivamente por principal mais juros, tem a sua classificação vinculada aos objetivos dos modelos de negócios para a gestão desses ativos, conforme quadro a seguir:

Modelo de Negócios	Classificação	Reflexo
Recebimento de fluxos de caixa contratuais.	Mensurado subsequentemente a custo amortizado.	Juros conforme a curva do ativo resultado do exercício.
Recebimento de fluxos de caixa contratuais ou negociação.	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	Juros conforme a curva do ativo: resultado do exercício. Diferença entre o valor justo e o preço do ativo na curva: patrimônio líquido.
Nenhum dos anteriores.	Valor justo por meio do resultado.	Variações no valor justo diretamente do resultado do exercício.

A recepção pela SUSEP, do CPC 48 através da Circular SUSEP nº 678/2022, impactará a mensuração e a classificação dos ativos financeiros, em virtude da análise conjunta dos fluxos de caixa contratuais e o modelo de negócios para a gestão desses ativos e em função das novas regras de apuração da provisão de *impairment* de ativos financeiros baseada na perda de crédito esperada ao invés de perda incorrida, ressaltando que embora o CPC 48 não seja aplicável a recebíveis de seguro e resseguro, a SUSEP determinou a sua aplicação a tais recebíveis.

4. Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes.

Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos**

Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

- **Quantificação dos riscos**

Os riscos são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

- **Resposta aos riscos**

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e

- **Monitoramento e reporte**

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados através de relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Auditoria, ou sempre que julgar necessário.

Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelo regulador (SUSEP).

O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. Tais resultados e monitoramentos são acompanhados periodicamente pelo Comitê de Auditoria.

O programa de gestão de riscos da Companhia está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

O processo de ERM compreende todas as categorias de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta.

4.1. Riscos de subscrição

O risco de subscrição oriundo das premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas são imateriais, devido a inexistência de operações ativas na companhia.

4.2. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da Companhia de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

A área de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

De acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (*Value at Risk*) e realizado Testes de Estresse (*Stress Test*) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e do Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e do Teste de Estresse podem ser observados na nota 5.3.

A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2023 e 2022:

Alocação dos investimentos por indexador

Indexador	2023	2022
SELIC/CDI	12.669	24.078
IPCA	19.294	16.737
Outros	388	268
Total	32.351	41.083

4.2.1. Risco de liquidez

Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos.

A Política de Investimentos da Companhia prevê e descreve montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de obrigações.

São realizadas projeções do caixa e testes de estresse para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle sobre o risco de liquidez.

As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros em 31/12/2023 e 2022.

Descrição	2023									
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos curva / custo	Valor de mercado	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	13.057	-	-	-	-	20.366	33.423	32.351	(1.072)	32.351
Valor justo por meio do resultado	13.057	-	-	-	-	-	13.057	13.057	-	13.057
Disponível para venda	-	-	-	-	-	20.366	20.366	19.294	(1.072)	19.294
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	14.096	-	-	-	-	-	-	-	14.096

Descrição	2022									
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos curva / custo	Valor de mercado	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	23.337	543	101	365	-	19.502	43.848	41.083	(2.765)	41.083
Valor justo por meio do resultado	23.337	-	-	-	-	-	23.337	23.337	-	23.337
Disponível para venda	-	543	101	365	-	19.502	20.511	17.746	(2.765)	17.746
Refinanciamento fiscal - REFIS	-	13.944	2.994	-	-	-	-	-	-	16.938

A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar de a distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas.

4.3. Riscos de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado.

Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas.

4.3.1. Alocação dos investimentos

A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando 98,80% em 31/12/2023 (99,35% em 2022) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas do mercado.

Descrição	2023	2022
Renda fixa pública "risco soberano"	31.963	40.815
Outros	388	268
Total	32.351	41.083

4.4. Riscos operacionais

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia.

O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações.

Neste sentido, a Ouvidoria SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha da organização contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles, testes de aderência dos controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a.

O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada macroprocesso. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia.

Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo.

4.5. Riscos legais e compliance

Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.5.1. Gestão dos riscos legais

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial, baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago caso a causa fosse perdida (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento.

4.5.2. Gestão dos riscos de compliance

A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.6. Gestão de capital

A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Na data base 31/12/2023 e 2022, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Além disso, são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores.

	2023	2022
Patrimônio líquido contábil	30.864	31.540
Deduções:		
Despesas antecipadas	(1)	(2)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido (*)	(2.934)	(3.864)
Obras de arte	(391)	(393)
Dedução dos imóveis urbanos e fundos de investimentos imobiliários com lastros em imóveis urbanos, considerando reavaliações, redução ao valor recuperável e depreciação, que excedam 14% do ativo total ajustado (*)	(90)	(75)
PLA NÍVEL 1	27.448	27.206
Valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" do inciso I, art 56 da RN 432	1.620	1.620
Valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "f" do inciso I, art 56 da RN 432	90	75
PLA NÍVEL 3	1.710	1.695
AJUSTE DO EXCESSO DE PLA DE NÍVEL 2 E PLA DE NÍVEL 3	(90)	(75)
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	29.068	28.826
Capital base (b)	10.800	10.800
Capital de risco (c)	9.974	9.144
Capital adicional de risco de crédito (d)	8.273	7.864
Capital de risco de mercado (e)	3.875	3.097
Capital mínimo requerido (CMR) (f)	10.800	10.800
Suficiência de capital - R\$ (g) = (a) - (f)	18.268	18.026
Suficiência de capital - % (h) = (g) / (f)	169,15%	166,91%

(*) As deduções dos ativos serão realizadas pelo valor integral dos seus respectivos saldos contábeis para fins de apuração do PLA de nível 1, desconsiderando os limites previstos nas alíneas "d" e "f" do inciso I, art. 56 da RN 432.

5. Aplicações

5.1. Composição das aplicações

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
	2023					
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	20.366	19.294		19.294
Notas do tesouro nacional						
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	20.366	19.294	IPCA+5,04%a.a.	19.294
Cotas de fundos de investimentos	13.057	13.057	-	-		13.057
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	13.057	13.057	-	-		13.057
Subtotal	13.057	13.057	20.366	19.294		32.351
Percentual total contábil		40,36%		59,64%		100,00%
Total						32.351
Circulante						32.351

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
	2022					
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	20.511	17.746		17.746
Letras financeiras do tesouro	-	-	1.009	1.009	SELIC	1.009
Letras do Tesouro Nacional						
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	19.502	16.737	IPCA + 5,04	16.737
Cotas de fundos de investimentos	23.337	23.337	-	-		23.337
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	23.337	23.337	-	-		23.337
Subtotal	23.337	23.337	20.511	17.746		41.083
Percentual total contábil		56,80%		43,20%		100,00%
Total						41.083
Circulante						41.083

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundo de investimentos de renda fixa.

5.2. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2022	16.181	31.101	47.282
Aplicações	17.189	-	17.189
Rendimentos resgate	(1.131)	(7.930)	(9.061)
Principal resgate	(11.237)	(6.578)	(17.815)
Resultado financeiro	2.335	2.950	5.285
Ajustes no patrimônio líquido	-	(1.797)	(1.797)
Saldo em 31/12/2022	23.337	17.746	41.083

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2022	23.337	17.746	41.083
Aplicações	9.740	505	10.245
Rendimentos resgate	(3.211)	(1.630)	(4.841)
Principal resgate	(19.239)	(934)	(20.173)
Resultado financeiro	2.430	1.914	4.344
Ajustes no patrimônio líquido	-	1.693	1.693
Saldo em 31/12/2023	13.057	19.294	32.351

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações

As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são:

(i) A metodologia de *Value at Risk* (VaR) paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration*, nos quais cada ativo pode estar alocado. A carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e

(ii) DV01 (*dollar-value ou value for one basis-point*), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição.

As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e metodologia DV01.

Fatores de risco	2023	
	VaR 95%	DV01=0,01%
Juros real	148	25
Total	148	25

Fatores de risco	2022	
	VaR 95%	DV01=0,01%
Juros real	198	21
Total	198	21

5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 1:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) Nível 3:

Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis e modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 1

Títulos de renda fixa – públicos:

Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA.

Nível 2

Letras Financeiras (LF):

Calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de LF das carteiras administrado/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; e

Cotas de fundos de investimentos:

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2023		Total
	Nível 1	Nível 2	
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	-	13.057	13.057
Disponível para venda	19.294	-	19.294
Total	19.294	13.057	32.351

Descrição	2022		Total
	Nível 1	Nível 2	
Aplicações financeiras			
Valor justo por meio do resultado	-	23.337	23.337
Disponível para venda	17.746	-	17.746
Total	17.746	23.337	41.083

6. Títulos e créditos a receber

Descrição	2023	2022
Contas a receber de corretores	-	313
Contas a receber da venda de imóveis	950	950
Outras contas a receber	1.560	1.464
Redução ao valor recuperável (a)	(2.075)	(2.248)
Total	435	479
Circulante	435	479

(a) Em 31/12/2023, representam redução ao valor recuperável de contas a receber da venda de imóveis de R\$ 950 (R\$ 950 em 31/12/2022) e de outras contas a receber no montante de R\$1.125 (R\$ 1.125 em 31/12/2022).

7. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos

7.1. Créditos e débitos tributários diferidos

Descrição	2023	2022
Tributos a compensar / recuperar (nota 7.2)	30.572	28.570
Créditos tributários (nota 7.3)	2.934	3.864
Débitos tributários (nota 7.3)	(2.455)	(2.455)
Total	31.051	29.979
Circulante	331	450
Não circulante	30.720	29.529

7.2. Tributos a compensar / recuperar

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	13.126	193	1.092	(215)	14.196
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	13.413	116	816	(3)	14.342
Outros	40	-	4	(12)	32
Total	26.579	309	1.912	(230)	28.570
Circulante					450
Não circulante					28.120

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	14.196	89	1.147	(152)	15.280
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	14.342	49	863	-	15.254
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	15	5	(20)	-
Outros	32	6	-	-	38
Total	28.570	159	2.015	(172)	30.572
Circulante					331
Não circulante					30.241

7.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários

As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	3.686	313	(1.241)	2.758
Perda com ajuste a valor de mercado	387	1.263	(544)	1.106
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	4.073	1.576	(1.785)	3.864
Total dos créditos tributários	4.073	1.576	(1.785)	3.864
Ganho com ajuste a valor de mercado	(2.455)	-	-	(2.455)
Total dos débitos tributários	(2.455)	-	-	(2.455)

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	2.758	-	(253)	2.505
Perda com ajuste a valor de mercado	1.106	766	(1.443)	429
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.864	766	(1.696)	2.934
Total dos créditos tributários	3.864	766	(1.696)	2.934
Ganho com ajuste a valor de mercado	(2.455)	-	-	(2.455)
Total dos débitos tributários	(2.455)	-	-	(2.455)

Com exceção dos créditos tributários sobre as parcelas registradas no patrimônio líquido a título de benefício definido, não existem créditos tributários de diferenças temporárias constituídos na Companhia, visto que não há projeção orçamentária de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, que garantam a manutenção e a constituição de novos créditos tributários.

Os valores apresentados no quadro abaixo representam os créditos tributários não registrados contabilmente, compostos pelo prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias, em função da ausência de perspectiva de realização desses montantes.

Descrição	Base	Créditos tributários não reconhecidos
Prejuízo fiscal	40.851	10.213
Base negativa	38.298	5.745
Diferenças temporárias - IRPJ	44.046	11.011
Diferenças temporárias - CSLL	44.507	6.676
Total	167.702	33.645

8. Contas a pagar

8.1. Obrigações a pagar

Descrição	2023	2022
Obrigações fiscais (vide nota 11.2)	4.232	3.836
Refinanciamento fiscal - REFIS (a)	14.096	16.938
Benefício pós-emprego	1.163	1.336
Previdência	544	857
Participações no lucro	34	-
Demais	11	21
Total	20.080	22.988
Circulante	15.848	16.159
Não circulante	4.232	6.829

a) Refinanciamento fiscal – REFIS

Em 27/05/2009, a Lei nº 11.941 instituiu o “NOVO REFIS”, destinado à regularização de débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os quais poderiam ser pagos à vista ou parcelado em até 180 meses, com benefícios de redução dos juros e/ou da multa de mora e de ofício. O percentual do benefício da redução estava associado diretamente ao prazo de pagamento. O parcelamento previa ainda a opção da liquidação dos valores correspondentes à multa de mora ou de ofício, e aos juros moratórios, inclusive as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de crédito tributário de prejuízo fiscal de imposto de renda e da base negativa de contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Em 11/2009, a Companhia aderiu ao REFIS, com o objetivo quitar através de depósitos judiciais e parcelar valores de principal devidos relativos basicamente à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), os quais se encontravam em discussão nas esferas administrativa ou judicial. O montante total das obrigações incluído no “NOVO REFIS”, na data da adesão, foi de R\$20.411 (líquido da redução dos benefícios previstos), sendo R\$17.620 correspondente a valores que já estavam registrados como provisões e R\$2.791 de principal cuja provisão foi constituída quando da adesão ao “NOVO REFIS”.

Em 09/10/2013, a Lei nº 12.865 promoveu a reabertura dos prazos estabelecidos na Lei nº 11.941 citada acima. Em 12/2013, a Companhia incluiu novos valores relativos à CSLL e ao IRPJ, que estavam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas foi de R\$6.874 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais), que foi pago em 30 parcelas iguais e mensais, atualizadas com base na variação da taxa SELIC.

Em 13/11/2014, a Lei nº 13.043 promoveu a reabertura dos prazos estabelecidos na Lei nº 11.941 citada acima. Em 11/2014, a Companhia incluiu novos valores relativos à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), que estava em discussão na esfera administrativa. O montante da obrigação incluída foi de R\$729 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais), que foi pago em 30 parcelas iguais e mensais, atualizadas.

Em 31/12/2023, as obrigações correspondem a R\$14.096 (R\$16.938 em 2022, sendo R\$13.944 no passivo circulante e R\$2.994 no passivo não circulante), integralmente no passivo circulante na medida em que não há mais parcelas com vencimento em prazo superior a 12 meses.

8.2. Outras contas a pagar

Em 31/12/2023, o saldo de R\$22.586 (R\$22.386 em 2022) está representado, basicamente, por R\$17.004 (R\$15.739 em 2022), relativo à indenização devida aos acionistas não controladores, em função do grupamento de ações aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/05/2018. O valor de R\$5.582 (R\$6.647 em 2022) restante refere-se a honorários advocatícios a pagar, benefícios a empregados e outros.

9. Depósitos de terceiros

Descrição	2023
De 01 a 30 dias	48
De 31 a 60 dias	214
De 61 a 120 dias	5
De 121 a 180 dias	10
De 181 a 365 dias	221
Total	498

Descrição	2022 (Reclassificado) (a)
De 01 a 30 dias	67
De 31 a 60 dias	23
De 61 a 120 dias	743
De 121 a 180 dias	36
De 181 a 365 dias	124
Total	993

(a) A Companhia efetuou a análise de suas contas transitórias e identificou a necessidade de reclassificar algumas delas para depósitos de terceiros, em função de sua natureza.

10. Partes relacionadas

10.1. Transações

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2023	2022	2023	2022
Traditio Companhia de Seguros (a)	Controladora Indireta	Saepar Serviços e Participações S.a.	-	4	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.			334	288	-	-
(a) (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (f)	Controladora Indireta	Traditio Companhia de Seguros	1	-	-	14
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	110
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Ligada	Sul América Holding de Investimentos S.A.	-	-	2	2
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	2	2
Total			335	292	4	128

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2023	2022	2023	2022
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	(81)
Sul América Companhia de Seguro Saúde (e)	Controladora Indireta	Traditio Companhia de Seguros	-	-	-	(3)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(5)	(344)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Ligada	Sul América Holding de Investimentos S.A.	-	-	(22)	(30)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	(27)	(37)
Total			-	-	(54)	(495)

- (a) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo;
(b) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;
(c) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre a carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
(d) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores;
(e) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia; e
(f) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da Nova Matriz entre companhias do Grupo SulAmérica.

Em 31/12/2023 e 2022, não foram recebidos e nem pagos dividendos pela Companhia.

10.2. Remuneração da Administração

Administração formada pelos membros da Diretoria estatutária da Companhia em 2023. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Total
Despesas			
2023	99	-	99
2022 (a)	110	(124)	(14)

(a) Em 2022, a Companhia possuía Conselho de Administração.

11. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

Em 31/12/2023 e 2022, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

11.1. Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	2023	2022
Fiscais:		
COFINS	39	38
PIS	5	4
CSLL	3.568	5.752
IRPJ	19.405	18.414
Outros	27	25
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	559	400
Ações cíveis	18.043	16.659
Total	41.646	41.292
Não circulante	41.646	41.292

11.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	Saldos em 01/01/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2022
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	30.815	1.558	2.684	(3.721)	31.336
Honorários	3.114	223	-	(174)	3.163
Trabalhistas	8.477	29	71	(8.253)	324
Outros	1.391	197	155	(447)	1.296
Subtotal	43.797	2.007	2.910	(12.595)	36.119
Tributárias: (a)					
PIS (b)	25.497	-	180	(25.677)	-
INSS (b)	6.786	-	49	(6.835)	-
Honorários	3.763	-	164	(91)	3.836
Subtotal	36.046	-	393	(32.603)	3.836
Total	79.843	2.007	3.303	(45.198)	39.955
Circulante					552
Não circulante					39.403

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2023
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	31.336	165	3.365	(6.488)	28.378
Honorários	3.163	76	-	(374)	2.865
Trabalhistas	324	124	51	-	499
Outros	1.296	62	103	(419)	1.042
Subtotal	36.119	427	3.519	(7.281)	32.784
Tributárias: (a)					
Honorários	3.836	149	247	-	4.232
Subtotal	3.836	149	247	-	4.232
Total	39.955	576	3.766	(7.281)	37.016
Circulante					808
Não circulante					36.208

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2023 são de R\$4.232 (R\$3.836 em 2022), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (nota 8.1); e

(b) Baixa de provisões judiciais de PIS e INSS devido à cisão parcial para a Santa Cruz que passaram a ser responsabilidade da incorporadora.

11.3. Contingências

Em 31/12/2023 e 2022, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2023	2022
Fiscais	130.462	121.551
Cíveis	12.410	10.938
Trabalhistas	369	536
Total	143.241	133.025

A parcela dos processos que não possuem provisão e que permanece na Companhia no valor de R\$130.462 (R\$121.551 em 2022) é composta, principalmente, pela glosa do prejuízo fiscal e base negativa referente aos anos-calendário de 2005 e 2006 e não homologação de compensação de tributos na esfera administrativa.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31/12/2023 e 2022 é de R\$77.695, sendo o capital dividido em 100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizado.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/03/2022, a Acionista da Companhia aprovou a redução do capital social da Companhia no valor total de R\$894, sem redução na quantidade de ações ordinárias. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.609485/2022-21, sendo aprovado em 17/08/2022.

12.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

12.3. Reserva estatutária

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas.

12.4. Ajuste de avaliação patrimonial

A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios e de sua coligada e as perdas atuariais não realizadas com plano de pensão de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

12.5. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor.

Nas Assembleias Gerais Ordinárias de 2022 (exercício findo em 31/12/2021) e 2023 (exercício findo em 31/12/2022) não houve distribuição de dividendo obrigatório, em razão da apuração de prejuízo.

13. Detalhamento das contas do resultado

13.1. Outras receitas e despesas operacionais

Descrição	2023	2022
Receita com prescrição de exigibilidade	-	38
Receitas com provisões cíveis	463	734
Outras despesas operacionais	(22)	(53)
Total	441	719

13.2. Despesas administrativas - Pessoal próprio

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários da diretoria):

Descrição	2023	2022
Remunerações	(231)	(384)
Encargos sociais	(73)	(104)
Indenizações e rescisões	(166)	(468)
Vale alimentação, refeição e transporte	(58)	(90)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(304)	(94)
Previdência privada	(267)	(32)
Outros benefícios	(6)	(6)
Total	(1.105)	(1.178)

13.3. Despesas com tributos

Descrição	2023	2022
COFINS	-	(2)
PIS	-	(12)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(155)	(155)
Impostos municipais	(180)	(168)
Outros	-	(5)
Total	(335)	(342)

13.4. Resultado financeiro por categoria

13.4.1. Resultado financeiro por categoria

Descrição	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	4.342	5.285
Valor justo por meio do resultado	2.429	2.335
Disponível para venda	1.913	2.950
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(5.030)	(2.605)
Outros	2.841	2.255
Total	2.153	4.935

13.4.2. Receitas financeiras

Descrição	2023	2022
Valorização de cotas de fundos de investimentos	2.460	2.335
Títulos de renda fixa - privados	-	335
Títulos de renda fixa - públicos	2.107	3.105
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	2.675	2.792
Outras	2.960	2.399
Total	10.202	10.966

13.4.3. Despesas financeiras

Descrição	2023	2022
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(225)	(490)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(7.705)	(5.397)
Outras	(119)	(144)
Total	(8.049)	(6.031)

13.5. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2023 e 2022, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	(2.037)	(2.037)	(411)	(411)
Receitas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	509	306	103	66
Diferencial da alíquota da contribuição social	-	-	-	(4)
Alíquota nominal	25%	15%	25%	16%
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	-	-	(2.031)	(298)
Despesas indedutíveis	(54)	(11)	(98)	(15)
Subtotal	(54)	(11)	(2.129)	(313)
Exclusões:				
Reversão de provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	661	397	-	-
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos	43	26	27	16
Reversão de provisões não dedutíveis	5	3	110	66
Atualização de depósitos judiciais	326	196	225	135
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	8	5	3	2
Apuração de indébito tributário	502	301	478	287
Benefício fiscal - Inovação tecnológica	-	-	168	113
Outras exclusões	1	-	88	106
Subtotal	1.546	928	1.099	725
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	(2.001)	(1.223)	(530)	(361)
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(1.457)	113
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.457)	113
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	-354,50%	27,49%
Alíquota efetiva combinada		0,00%		-327,01%

14. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

Descrição	2023		Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	
Base de cálculo	1.693	631	2.324
Imposto de renda	(423)	(158)	(581)
Contribuição social	(254)	(95)	(349)
Total	(677)	(253)	(930)
Líquido	1.016	378	1.394

Descrição	2022		Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	
Base de cálculo	(1.797)	2.319	522
Imposto de renda	449	(580)	(131)
Contribuição social	270	(348)	(78)
Total	719	(928)	(209)
Líquido	(1.078)	1.391	313

15. Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na instituição líder do grupo segurador Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Sulaseg"), nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021, tendo alcance sobre a Companhia.

Rio's Capitalização S.A.
CNPJ nº 03.558.096/0001-04

Diretoria	Glauca Maria Ribeiro de Carvalho	Diretora
	Gustavo Kohn Giometti	Diretor
	Jonas Berbert Pulcheri	Diretor
	Leonardo Fraga Pacheco	Diretor
	Otávio de Garcia Lazcano	Diretor
	Rafael Pinto Fróes	Diretor
Contador	Flavia Vieira Pereira	CRC RJ 094.933/O-3
Atuário	Cecília Avila de Paschoa Figueiredo	MIBA/MTPS/2163

Parecer dos atuários auditores independentes

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021 e suas alterações e conforme o CPA 002 do Instituto Brasileiro de Atuária em 31/12/2023

Referente à:

Rio's Capitalização S.A.

Emitido por:

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS

Parecer dos atuários auditores independentes

**Aos Acionistas e Administradores da
Rio's Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ
CNPJ: 03.558.096/0001-04**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, da Rio's Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, da Rio's Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

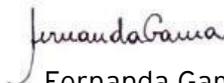
Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11


Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP Corporate Tower Torre Norte
andar 6 conj 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes

(A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa)

Demonstrativo dos valores sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2023

Valores expressos em Milhares R\$

<i>Provisões Técnicas</i>	<i>Em Milhares de R\$</i>
<i>Provisão Matemática de Capitalização (PMR)</i>	-
<i>Provisão de Distribuição de Bônus (PDB)</i>	-
<i>Provisão de Resgates (PR)</i>	-
<i>Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)</i>	-
<i>Provisão Complementar de Sorteios (PCS)</i>	-
<i>Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)</i>	-
<i>Provisão de Despesas Administrativas (PDA)</i>	-
<i>Total de Provisões Técnicas</i>	-

<i>Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido</i>	<i>Em R\$ Milhares</i>
<i>Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)</i>	29.068
<i>Capital Base (b)</i>	10.800
<i>Capital de Risco - Subscrição (c)</i>	-
<i>Capital de Risco - Crédito (d)</i>	8.273
<i>Capital de Risco - Operacional (e)</i>	-
<i>Capital de Risco - Mercado (f)</i>	3.875
<i>Redução por Correlação dos Riscos (g)</i>	-2.174
<i>Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f) +(g)</i>	9.974
<i>Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)</i>	10.800
<i>Suficiência do PLA (a) - (i)</i>	18.268

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Rio's Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio's Capitalização S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio's Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração e reconhecimento das provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total das provisões constituídas pela Companhia soma R\$37.016 mil, o qual foi mensurado pela diretoria com base em seu julgamento profissional e com o apoio de consultores externos, quando necessário, a fim de concluir sobre a melhor estimativa das provisões a serem reconhecidas e divulgações a serem efetuadas nas demonstrações financeiras.

As premissas utilizadas pela diretoria na constituição dos valores de suas provisões judiciais e na probabilidade de êxito envolvem julgamento profissional e foram consideradas o principal assunto de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade no processo de mensuração dos saldos das referidas provisões, assim como os aspectos relacionados às respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção de entendimento junto aos assessores jurídicos internos sobre a base para formação do julgamento profissional e premissas consideradas na avaliação das provisões; (ii) a obtenção de confirmações formais diretas dos advogados externos da Companhia em relação aos saldos e informações de suas contingências; (iii) o envolvimento de nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação das posições fiscais relevantes da Companhia e respectivos prognósticos de perda dos processos; e (iv) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcelo Felipe L. de Sá', is written over a horizontal blue line.

Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC RJ-094644/O



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
03.558.096/0001-04	RIO'S CAPITALIZACAO S.A.	28/02/2024 19:22:57	14DB5EC7BA137478E75EA03218CF4BAFA863E2FB

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
Book - Rios Cap Dez.2023

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 19:22:57	Procurador	Certificado Digital



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
03.558.096/0001-04	RIO'S CAPITALIZACAO S.A.	28/02/2024 19:24:32	387DF6151285F9E9A7779E5DA24EAA87F4B90C8B

Relatório da Administração (RA)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/01/2023	31/12/2023	-	Participante-Upload

Título
Relatório Administração - RiosCap Dez.2023

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 19:24:32	Procurador	Certificado Digital



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
03.558.096/0001-04	RIO'S CAPITALIZACAO S.A.	28/02/2024 19:15:04	BFC17B807344D87129B4EA70D6AAD9AD4039943D

Balanco Patrimonial (BP)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
Balanco Patrimonial - Rios Cap 12_2023

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 19:15:04	Procurador	Certificado Digital



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
03.558.096/0001-04	RIO'S CAPITALIZACAO S.A.	28/02/2024 19:16:35	F45C10FDE45428B421477147333016FD1539B776

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
DRE - Rios Cap 12_2023

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 19:16:35	Procurador	Certificado Digital



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
03.558.096/0001-04	RIO'S CAPITALIZACAO S.A.	28/02/2024 19:20:43	00542F15E8C153C424C5B5818C20C438B93B9C74

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
DRA - Rios Cap 12_2023

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 19:20:43	Procurador	Certificado Digital



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
03.558.096/0001-04	RIO'S CAPITALIZACAO S.A.	28/02/2024 19:18:24	550DD3465D33FB7F727B5E0EC559C9C140BCEF7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
DMPL - Rios Cap 12_2023

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 19:18:24	Procurador	Certificado Digital



<u>CNPJ</u>	<u>Razão Social</u>	<u>Data de Publicação</u>	<u>Hash de Publicação</u>
03.558.096/0001-04	RIO'S CAPITALIZACAO S.A.	28/02/2024 19:19:33	964187007FBA48F46A0D9538C933841D4D747C75

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Título
DFC - Rios Cap 12_2023

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Título</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 19:19:33	Procurador	Certificado Digital



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
03.558.096/0001-04	RIO'S CAPITALIZACAO S.A.	28/02/2024 19:26:36	0A1A63544A4CA671B9B41A87BBB72B73618A664D

Notas Explicativas

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/01/2023	31/12/2023	-	Participante-Upload

Título
Notas explicativas - Rio's cap - Dez.2023

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 19:26:36	Procurador	Certificado Digital



CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
03.558.096/0001-04	RIO'S CAPITALIZACAO S.A.	28/02/2024 19:27:45	AD6F7A29041A0BF0911F433E533EDF8D5D611C66

Parecer dos Auditores Independentes

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	-	Participante-Upload

Título
Relatório de auditoria - 31.12.2022 RiosCap

Descrição

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
JACQUELINE BRITO PAULO CAEIRO:10103133712	101.031.337-12	28/02/2024 19:27:45	Procurador	Certificado Digital